QUILOMBOS NO BRASIL: RESISTÊNCIA E LUTA POR LIBERDADE

JOSILENE ALVES DE SOUSA

RESUMO

O texto aborda a trajetória histórica e social dos quilombos no Brasil, destacando-os como formas de resistência ativa à escravidão e como espaços de construção de liberdade, identidade e organização coletiva. Originados de fugas de africanos escravizados, os quilombos tornaram-se comunidades autônomas com estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais próprias. O Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi, é apresentado como o maior símbolo dessa resistência, ao lado de outros como o Quilombo do Ambrósio e o Quilombo do Jabaquara. O texto também discute as estratégias de defesa, produção e sobrevivência dos quilombolas, o medo que esses espaços geravam entre os senhores de engenho e o legado que deixaram para o Brasil contemporâneo. Ainda hoje, comunidades remanescentes enfrentam desafios para garantir seus direitos, mas continuam a luta por reconhecimento e justiça social, mantendo viva a herança de seus antepassados.

Palavras-chave: Quilombos; resistência negra; identidade; luta por direitos; comunidades quilombolas.

INTRODUÇÃO

A história dos quilombos no Brasil remonta ao período colonial e está intrinsecamente ligada à luta dos negros escravizados contra a opressão imposta pelo sistema escravista. Desde os primeiros anos da colonização portuguesa, a escravidão africana tornou-se uma das principais bases econômicas e sociais do Brasil. Milhares de homens, mulheres e crianças foram arrancados de seus territórios de origem no continente africano, submetidos a condições desumanas nos navios negreiros e forçados a trabalhar nas plantações, minas, construções e casas senhoriais do novo mundo. Entretanto, mesmo diante da violência, da desumanização e do controle sistemático de seus corpos e identidades, os africanos e seus descendentes não aceitaram passivamente essa condição. Desde sua chegada forçada ao território brasileiro, resistiram de diversas formas, demonstrando que, mesmo sob intensa vigilância e repressão, a liberdade era um objetivo inegociável.

Entre as principais formas de resistência estavam as fugas organizadas, que resultavam na formação de comunidades autônomas chamadas quilombos. Esses espaços não apenas garantiam a sobrevivência dos fugitivos, mas também se tornavam centros de resistência, organização política e cultural, onde era possível reconstruir a identidade africana e desafiar o poder dos senhores de engenho. Os quilombos funcionavam como verdadeiros refúgios de liberdade, em que os vínculos comunitários, a solidariedade e os saberes ancestrais eram resgatados e adaptados às novas realidades. A formação de um quilombo exigia coragem, articulação coletiva e conhecimento profundo do território. Seus habitantes organizavam estratégias de defesa, produziam seus próprios alimentos, desenvolviam sistemas de liderança e, muitas vezes, estabeleciam alianças com outros grupos, como comunidades indígenas, para fortalecer a resistência.

Os quilombos representaram um dos maiores desafios ao sistema escravista brasileiro, pois ofereciam não apenas uma alternativa de vida para os que escapavam do cativeiro, mas também um modelo simbólico e concreto de sociedade baseada na coletividade, na autossuficiência e na liberdade. Eles surgiam em áreas estratégicas, geralmente de difícil acesso, como matas fechadas, regiões montanhosas ou próximas a rios, o que dificultava a ação repressiva das autoridades coloniais. Além disso, não abrigavam apenas negros fugidos. A diversidade dos integrantes dos quilombos era uma característica marcante: indígenas, brancos pobres, mestiços, desertores do exército e outros marginalizados pela sociedade também encontravam nesses espaços uma possibilidade de recomeço. Essa composição multicultural contribuiu para o desenvolvimento de es-

truturas sociais complexas, nas quais cada indivíduo desempenhava um papel fundamental na manutenção da comunidade e na construção de um modo de vida próprio.
Entre os quilombos mais conhecidos, destaca-se Palmares, localizado na região que hoje corresponde ao estado de Alagoas, na Serra da Barriga. Palmares chegou a abrigar dezenas de milhares de habitantes e desenvolveu uma estrutura militar organizada, resistindo por quase um século às investidas portuguesas e holandesas. Seu líder mais famoso, Zumbi dos Palmares, tornou-se um símbolo da luta pela liberdade e da resistência negra no Brasil. A organização de Palmares, com sua divisão em mocambos, sistema de governo, agricultura desenvolvida e aparato defensivo, demonstra o grau de complexidade e autonomia que os quilombos podiam atingir. No entanto, é importante ressaltar que Palmares não foi o único quilombo de relevância histórica. Em diferentes regiões do Brasil, outras comunidades quilombolas se formaram, consolidando a resistência negra e demonstrando a impossibilidade de se manter um sistema escravista sem contestação permanente.
Quilombos como o do Ambrósio (em Minas Gerais), do Piolho e de Jabaquara (em São Paulo), do Buraco do Tatu (na Bahia) e tantos outros, espalhados por todo o território nacional, testemunham a capilaridade da resistência negra e a capacidade dos exescravizados de se organizarem em diferentes contextos geográficos, políticos e sociais. Cada quilombo tinha suas particularidades, mas todos compartilhavam o mesmo princípio fundamental: a busca por liberdade e dignidade. Muitos desses espaços foram destruídos pelos capitães do mato, pelas milícias particulares dos senhores de engenho e pelas tropas coloniais, mas sua memória e legado persistem como exemplos de coragem e enfrentamento.
Dessa forma, os quilombos não foram apenas refúgios temporários para os que escapavam da escravidão, mas sim expressões concretas de um movimento de resistência que desafiou a ordem colonial e influenciou profundamente a história do Brasil. Ao longo dos séculos, essas comunidades inspiraram e alimentaram o imaginário da luta por justiça, igualdade e reconhecimento. Com sua organização política, econômica e cultural, os quilombolas provaram que era possível construir uma sociedade diferente, baseada em valores de autonomia, solidariedade, coletividade e respeito mútuo. O estudo dos quilombos, portanto, é fundamental para compreender não apenas o impacto devastador da escravidão no país, mas também as formas como os negros resistiram ativamente, contribuíram para a formação da sociedade brasileira e deixaram um legado de luta que permanece vivo até os dias de hoje.

QUILOMBOS NO BRASIL

Desde sua chegada à América Portuguesa, o negro escravizado tinha consigo a consciência de não aceitar a sua situação diante do sistema imposto. Fato comprovado por seus constantes conflitos com os senhores devido à forma com que eram maltratados, desencadeando constantes fugas e levantes que punham em risco o escravismo moderno e poderia pôr fim à colonização. A união de negros em momentos distintos, em torno dos mesmos anseios, pela não sujeição a este tipo de vida no Brasil, tornou-se um dos principais oponentes à Coroa de Portugal e possivelmente o motivo para surgimento do quilombo como esperança de uma nova vida e algo inevitável para humanização do escravo.
Eis alguns dos relatos bibliográficos que retratam as lutas e resistências dos negros no Brasil.

Onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente. (REIS e GOMES, 1996: 9)

Por que escravos fugiam? A fuga era a única maneira de recuperarem a sua humanidade – esta é a melhor reposta que conheço. (SANTOS, 2006: 12).

As necessidades justificam ações e negociações existentes entre escravo e o senhor

para a manutenção da colônia, havendo aí certo poder quilombola perante o interesse senhorial, pois a utilização da mão-de-obra escrava era inevitável para que a colônia portuguesa permanecesse no Novo Mundo.
Os quilombos estavam presentes em todo o território brasileiro e desempenharam um papel fundamental na desestabilização do sistema escravista. Suas estruturas variavam de acordo com a localização geográfica e as condições políticas e econômicas da região. No entanto, todos tinham em comum a organização voltada à automanutenção e à defesa contra os ataques das forças coloniais.
A condição de viver em um quilombo tornou-se alternativa para aproximadamente 4.000.000, de negros que fizeram a travessia do Atlântico. Estima-se que 40% de escravos de toda América tenham sido enviados para o Brasil, dos Séculos XVI ao XIX.

Para ter uma idéia da dimensão do tráfico para o Brasil, temos – em números aproximados – cerca de 50 mil africanos entrados no Século XVI; 560 mil no Século XVII; 1.400,00 mil no Século XVIII e cerca de 2 milhões no Século XIX, isso com o tráfico considerado ilegal no final de 1830 (...)

O Brasil recebeu, portanto, 4.010.00 africanos, cerca de 40 do contingente desembarcado nas Américas. (GOMES e FERREIRA: 14).

Os levantes dos quilombolas ocorriam em todo território brasileiro, todos incitados por fugas para as matas e união dos negros com mesmos objetivos de liberdade e poderiam resultar na desarticulação do sistema colonial em nível nacional. No entanto, se desenvolveram de maneiras distintas enfrentando a ordem vigente de acordo com seu espaço geográfico, político e econômico. A fuga era a única maneira de os escravizados recuperarem sua humanidade, conforme argumenta Santos (2006). Os quilombos tornaram-se a principal alternativa para aqueles que buscavam escapar da violência e do trabalho forçado nas fazendas e centros urbanos. Estima-se que cerca de quatro milhões de africanos foram trazidos ao Brasil entre os séculos XVI e XIX, e uma parcela significativa desses escravizados encontrou nos quilombos um refúgio e uma nova forma de organização social.
Esta emancipação quilombola foi entendida pelo sistema colonial escravista como "praga de plantação", pois em todos os locais onde havia escravos, havia quilombos para seu refúgio e recomeço com uma realidade social distinta à ocorrida nas fazendas ou nos centros urbanos. No quilombo, o negro ali liberto tinha sua tarefa voltada ao coletivo, mesmo havendo hierarquias, como nos casos das lideranças que existiram nos quilombos de Palmares, em Alagoas, e Jabaquara, em Santos, que é o tema da pesquisa. Era na superação de condições adversas que os negros se tornariam livres da escravidão que os exterminava.

Quilombo era, segundo definição do rei de Portugal em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740, "toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles". Dessa forma, no Brasil, como em outras partes da América onde existiu o escravismo moderno, esses ajuntamentos proliferaram como sinal de protesto do negro escravo às condições desumanas e alienadas a que estavam sujeitos. (MOURA, 1993: 11).

Mesmo com diferenças entre os quilombos, todos eram voltados a sua automanutenção, sustentando-se como organização política, econômica e social. Décio Freitas faz uma tipologia dos quilombos como elementos fundamentais a esta estrutura social e nota a existência e importância de quilombolas na prestação de serviços nos centros urbanos como mineradores, carregadores pedreiros e ensacadores de café. Estabeleciam comércio com regatões através da agricultura presente em toda existência quilombola, função primordial para o abastecimento de vendas de beira de estrada. Nos quilombos que existiram no Brasil, além da prevenção contra as investidas militares, o trabalho era dividido em tarefas agrícolas, artesanais, bélicas e urbanas.

A organização dos quilombos era muito variada, dependendo do espaço ocupado, de sua população inicial, da qualidade do terreno em que se instalavam e das possibilidades de defesa contra as agressões das forças escravistas. (MOURA, 1993: 34).

Dentre os inúmeros quilombos que surgiram ao longo da história, alguns se destacaram por sua organização, resistência e impacto social. Essas comunidades desafiaram o sistema escravista e mostraram que a luta pela liberdade sempre foi uma realidade entre os negros escravizados.

O Quilombo dos Palmares foi, sem dúvida, o mais famoso e duradouro da história brasileira. Localizado na região que atualmente corresponde ao estado de Alagoas, Palmares existiu por mais de um século, desde meados do século XVI até sua destruição em 1694. Durante esse período, chegou a abrigar milhares de pessoas, tornando-se uma sociedade organizada com estruturas políticas, militares e econômicas próprias. Sob a liderança de Ganga Zumba e, posteriormente, de Zumbi dos Palmares, o quilombo resistiu a diversas expedições militares enviadas pela coroa portuguesa e pelos senhores de engenho que viam em Palmares uma ameaça à manutenção da escravidão. A queda definitiva do quilombo ocorreu após uma intensa campanha militar comandada pelo bandeirante Domingos Jorge Velho, resultando na destruição da comunidade e na morte de Zumbi, que se tornou símbolo da resistência negra no Brasil.

Além de Palmares, outros quilombos também tiveram grande relevância histórica. O Quilombo do Ambrósio, localizado no atual estado de Minas Gerais, foi um dos mais importantes da região Sudeste. Surgido no século XVIII, esse quilombo era um grande centro de resistência, desafiando o domínio colonial e abrigando um número significativo de pessoas fugidas da escravidão. Sua posição estratégica o tornava um ponto difícil de ser atacado, e sua destruição foi alvo de intensas expedições militares ao longo dos anos.

Outro quilombo de grande importância foi o Quilombo do Jabaquara, situado em São Paulo. Diferente de Palmares e Ambrósio, que existiram durante o período colonial, o Quilombo do Jabaquara surgiu no século XIX, próximo ao processo de abolição da escravidão. Ele tornou-se um refúgio para negros libertos e fugitivos, especialmente aqueles que fugiam de fazendas paulistas em busca de um local onde pudessem viver com dignidade e liberdade. Esse quilombo teve papel fundamental no acolhimento de ex-escravizados que, mesmo após a abolição, continuavam marginalizados pela sociedade.

A história dos quilombos no Brasil demonstra a força e a resiliência dos negros escravizados, que não aceitaram passivamente sua condição e buscaram alternativas para viver de forma autônoma. Cada um desses quilombos representa um capítulo importante na luta pela liberdade e pelos direitos dos negros no país. Até hoje, comunidades remanescentes de quilombos continuam a lutar por reconhecimento e direitos territoriais, mantendo vivo o legado de seus ancestrais.

A organização protagonizou a resistência e luta dos quilombos que dependeram de estratégias até militares, utilizadas para manterem sua segurança, atenção com a produção agrícola de subsistência, além da necessidade de concentração populacional, para concretizar sua formação, prosperidade e conquistas políticas.

As possibilidades de um novo começo no quilombo, sempre bem entendidas pelos negros fugidos, permitiam a organização de pequenos quilombos estruturados, chegando até a se transformarem em comunidades autônomas que resistiam e reivindicavam melhores condições de vida e de trabalho, por estarem aptas a se defender das ofensivas militares senhoriais.

Dentro da organização quilombola, cada membro do tinha sua função social, como relatam os trechos abaixo:

“O binômio economia-defesa era o eixo das preocupações mais importantes dos dirigentes dos quilombos(..). (MOURA, 1993: 35).

Isso porque, se, de um lado, tinham de manter em atividade permanente grande parte da mão-de-obra ativa da comunidade na

agricultura e em outras atividades produtivas, de outro, tinham de manter um contingente de defesa militar permanente, a fim de preservar sua integridade territorial." (MOURA, 1993: 35).

Sendo assim:

"Os quilombos, quando cresciam por uma série de circunstâncias favoráveis, como, por exemplo, isolamento maior, melhor fertilidade do solo, possibilidade de recrutar novos membros para o grupo entre a população escrava, etc., tinham de se organizar de forma sistemática, criando uma estrutura para a comunidade. Não eram um conglomerado de negros "bárbaros", conforme alguns compêndios ainda teimam em repetir hoje em dia". (MOURA, 1993: 34).

Os quilombos se estruturavam como sociedades autônomas e organizadas. Havia lideranças, como no famoso Quilombo dos Palmares, onde Zumbi foi um dos grandes símbolos da luta pela liberdade. Moura (1993) destaca que cada membro da comunidade tinha uma função específica, seja na agricultura, na defesa bélica, na produção artesanal ou em atividades urbanas.
A economia dos quilombos era baseada principalmente na agricultura, garantindo a subsistência dos moradores e possibilitando trocas comerciais com populações vizinhas. Em alguns casos, os quilombolas realizavam trocas com comerciantes e viajantes, adquirindo produtos essenciais para sua sobrevivência. Além disso, parte dos habitantes trabalhava em serviços urbanos como mineradores, pedreiros e carregadores.
A organização social dos quilombos também era bastante diversa. Muitos incorporavam elementos das culturas africanas, preservando línguas, religiões e tradições que estavam sendo reprimidas no contexto colonial. A transmissão do conhecimento era feita oralmente, e práticas de cura, música e danças tinham um papel essencial na manutenção da identidade quilombola.
Atualmente, os quilombos ainda existem e são reconhecidos pela Constituição Brasileira de 1988. As comunidades quilombolas têm direito à posse de suas terras e à preservação de sua cultura, conforme estabelecido pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
Apesar do reconhecimento legal, muitos quilombolas enfrentam desafios para garantir a posse da terra e o acesso a políticas públicas. O processo de titulação dos territórios quilombolas é lento e burocrático, e as comunidades frequentemente sofrem ameaças de grileiros e grandes proprietários de terra. Além disso, há dificuldades no acesso à educação, saúde e infraestrutura básica.
Por outro lado, o movimento quilombola tem se fortalecido, organizando-se para garantir seus direitos e preservar sua cultura. Eventos como a Marcha das Mulheres Quilombolas e iniciativas educacionais dentro das comunidades são exemplos de como os quilombolas continuam a lutar por justiça e reconhecimento.

Entre os senhores de engenho havia um temor decorrente dos escravos fugidos e aquilombados, pois os mesmos poderiam retornar às fazendas onde eram escravos e promover insurreições ou apenas um acerto de contas, incentivando a fuga de outros escravos, ou queimando as lavouras, destruindo os engenhos de cana de açúcar, causando horrores que poderiam resultar em uma revolução escrava e na falência da estrutural colonial.

Mas o quilombo por sua vez, também engendrava a insubordinação nas fazendas, no caso dos eventos de Viana ou da Balaiada. E assim o medo dos senhores de um ¨Haiti" não deve ser visto como uma paranóia gratuita, mas como tendo alguma base real. Muitos temiam reencontrar seus ex-escravos como quilombolas, prontos para um ajuste de contas. (ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig, apud REIS e FLÁVIO, 1996: 460).

O medo colonial permitia em alguns momentos viver em situação estável na sociedade quilombola, fato este que se alastrava, tornando-se alternativa de vida para brancos pobres e índios que também fugiam da escravidão, pois somente nos quilombos havia possibilidade de recomeço para esses grupos oprimidos.

Os quilombos mantinham uma relação comercial, mesmo que periférica, com bandoleiros e comerciantes taberneiros de beira de estrada. As trocas podiam ser de excedentes agrícolas quilombolas por produtos como pólvora e chumbo para seus levantes ou alimentos de subsistência produzidos no quilombo como caça, pesca e agricultura. No entanto caso não houvesse produtos para troca, uma das alternativas mais frequentes era buscá-los nas fazendas a sua volta, causando repressões senhoriais, por estarem cometendo furtos. Todavia, essa alternativa também era uma condição para a sobrevivência do quilombo.
Como já foi dito, o quilombo tornou-se o refúgio não apenas dos negros fugidos que lutavam por sua humanização, mas também da população oprimida que lutava por sobrevivência, uma massa que reconheceu nos quilombos sua fundamental importância como elemento social, que permitiu sua presença e possibilidade de vida perante o regime escravista senhorial imposto no Brasil Colonial.

Essa perspectiva que os quilombos apresentavam ao conjunto da sociedade da época era um "perigo" e criava as premissas para reflexão de grandes camadas da população oprimida.
Por isso mesmo o quilombo era refúgio de muitos elementos marginalizados pela sociedade escravista, independente de sua cor. (MOURA, 1993: 37).

Os grupos oprimidos que dependiam da solidariedade presente nos quilombos para sobreviver, estiveram presentes em todo processo de continuidade histórica na formação da sociedade brasileira, que se intensificou no século XIX, com as lutas por abolição do sistema escravista.
A resistência à escravidão também era traduzida pela melancolia que abatia os escravos na realização de tarefas as quais eram obrigados, na facilitação de fugas, saques e destruição de plantações. Mesmo que fossem punidos até a morte, isto, no entanto, não os impediam de travar grandes batalhas contra as forças repressoras. Pela própria quantidade de escravos nas fazendas e centros urbanos, havia entre eles uma rede de comunicação sedutora, com convites de escravos fugidos que perambulavam às margens das fazendas, nas vendas, ou nos centros urbanos, influenciando outros escravos a aderirem à causa quilombola, a proclamarem uma independência negra, com abalos constantes causando danos e terror aos senhores de engenho e uma situação incomoda à sociedade colonial.

Não podemos, por isso, deixar de salientar que, durante todo o transcurso de sua existência, eles formam não apenas uma força de desgaste, atuando nos flancos do sistema, mas pelo contrário, agiam em seu centro, isto é, atingindo em diversos níveis as forças produtivas do escravismo e, ao mesmo tempo, criando uma sociedade alternativa que, pelo seu exemplo, mostrava a possibilidade de uma organização formada de homens livres. (MOURA, 1993: 37).

Entre Palmares e os quilombos dos últimos anos da escravidão, os escravos brasileiros construíram uma empolgante história da liberdade. Mas uma história cheia de ciladas e surpresas, de avanços e recuos, de conflito e compromisso, sem um sentido linear, uma história que amplia e torna mais complexa a perspectiva que temos de nosso passado. (REIS e GOMES, 1996: 23).

Esta corrente libertadora foi tornando-se forte de acordo com ações coletivas dos negros escravizados, acarretando a adesão de novos membros e alianças que impediam os ataques das autoridades. No entanto, mesmo que ocorressem, havia um propósito e a possibilidade de recomeço em um lugar mais distante das forças repressoras, sempre na busca de liberdade do sistema opressor e prosperidade da sociedade quilombola como alternativa de vida social, política, econômica, não somente de escravos fugidos, mas também das classes mais pobres da sociedade escravista, como mencionado por Moura (1993: 37).
"Era o exemplo da democracia racial de que tanto se fala, mas nunca existiu no Brasil, fora das unidades quilombolas".
A constituição quilombola, mesmo com sua

diversidade, esteve pautada pela necessidade coletiva, pois as imposições senhoriais não deixavam alternativas aos escravos fugidos a não ser o agrupamento, necessidade que enraizou um desejo de fundar uma sociedade alternativa e independente no Brasil, sonho possível somente com a permanência dos quilombos e ideais, passados de geração a geração, como manutenção da cultura afrodescendente de resistência.

Não eram um conglomerado de negros "bárbaros", conforme alguns compêndios ainda teimam em repetir hoje em dia. No inicio, quando o quilombo era pequeno e apenas se iniciava, tinha necessidade de uma vida predatória para a sua subsistência e continuidade. No entanto, à medida que ele crescia, procurava organizar-se internamente para poder pôr em funcionamento os grupos populacionais do reduto. Com isto, tinham de surgir formas de governo, religião, propriedade, família e especialmente economia. (MOURA, 1994: 34).

Desta forma, os quilombos mostravam-se como possibilidade de negar a situação escravista por meio de organizações estruturais cabíveis para sua manutenção e afirmação de sociedade alternativa, sem escravidão e com novas possibilidades de inserção social.

CONCLUSÃO

Os quilombos representam um dos capítulos mais importantes da resistência negra no Brasil. Durante séculos, essas comunidades foram o símbolo da luta contra a escravidão, funcionando como refúgios e, ao mesmo tempo, como centros de organização social e cultural. A sua existência desafiou diretamente o sistema escravista e provou que os negros escravizados não aceitavam passivamente a sua condição. Pelo contrário, buscaram incessantemente formas de garantir sua liberdade, seja por meio da fuga, da criação de novas formas de organização política e econômica ou da luta armada contra as forças coloniais.

A importância dos quilombos vai além do período da escravidão. Mesmo após a abolição, a memória e o legado quilombola permaneceram vivos, influenciando a formação de diversas comunidades remanescentes que, até os dias de hoje, lutam por reconhecimento e direitos. A Constituição Federal de 1988 garantiu às comunidades quilombolas o direito à posse de suas terras, mas a luta por regularização fundiária e políticas públicas que assegurem sua sobrevivência ainda persiste. Assim, os quilombos não são apenas um fenômeno do passado, mas uma realidade presente, que continua a impactar a sociedade brasileira e a levantar questões sobre desigualdade, racismo e justiça social. Além disso, o estudo dos quilombos revela a complexidade das relações sociais no Brasil colonial. Enquanto muitos relatos históricos tradicionais retratam os escravizados como figuras passivas, a história dos quilombos evidencia sua capacidade de organização, resistência e transformação. Essas comunidades demonstraram que os negros não eram apenas vítimas do sistema escravista, mas sim agentes ativos na luta por liberdade, capazes de criar sociedades alternativas e autossuficientes.

Ao longo da história, os quilombos enfrentaram inúmeros desafios, desde ataques militares até tentativas de apagamento cultural. No entanto, sua importância não pode ser subestimada. Eles representam um marco na história da resistência negra e servem como um exemplo de coragem, resiliência e busca por dignidade. Assim, compreender a trajetória dos quilombos é fundamental para refletir sobre as desigualdades ainda existentes e para valorizar a contribuição dos povos africanos na construção da identidade nacional.

Portanto, a história dos quilombos não se limita ao passado. Ela continua viva na memória e nas lutas contemporâneas das comunidades quilombolas, que reivindicam seu espaço na sociedade e buscam garantir sua existência e autonomia. O reconhecimento do legado quilombola é essencial para a construção de um Brasil mais justo e igualitário, onde a resistência de ontem inspire a luta por direitos e inclusão nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e con-

temporâneos. São Paulo: Loyola, 2006.
GOMES, Flavio. História de quilombolas. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. GOMES, Flavio e FERREIRA Roquinaldo A lógica da crueldade IN: Revista História Viva, Temas Brasileiros nº3. São Paulo: Ed. Duetto, p.12-17.
LANNA, Ana Lúcia Duarte. Uma Cidade na Transição, Santos: 1870-1913. São Paulo. 1996.
MOURA, Clovis. Os Quilombos e a rebelião negra. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
MOURA, Clovis. Quilombos: Resistência ao escravismo. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1993.
MOURA, Clovis. Dicionário da Escravidão Negra no Brasil: São Paulo: Edusp, 2004. p. 221223.
PINSKY, Jaime. A escravidão no Brasil. 20. ed.,2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2009.
– (Repensando a História).
PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 71-115.
QUEIROZ, Suely R. Reis de. A abolicação da escravidão. 4º ed São Paulo: Brasiliense, 1987. REIS, João José e GOMES, Flavio dos Santos. (org) Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 09-25.
SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. 2ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra.
RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação do povo brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 208-241.
SANTOS, Francisco Martins dos. História de Santos [1937]. São Vicente, Ed. Caudex Ltda., 1986. Capítulos sobre a campanha abolicionista reproduzidos na série “Quilombos” em Novomilenio: Histórias e lendas de Santos, no site www.novomilenio.inf.br/santos.
SANTOS, Joel Rufino dos. Zumbi. 2ª ed. São Paulo: Global, 2006.